

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CURITIBA**

**GIOVANNI MORENO PIANARO**

**DESINTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA GRÃ-COLOMBIA**

**CURITIBA**

**2020**

**GIOVANNI MORENO PIANARO**

**DESINTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA GRÃ-COLOMBIA**

**Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Relações  
Internacionais do Centro Universitário Curitiba.**

**Orientador: Andrew Patrick Traumann**

**CURITIBA**

**2020**

## RESUMO

A Grã-Colômbia, que durou pouco mais de uma década, encontrou seu desmantelamento territorial por motivações internas mais do que externas, essa foi, portanto, uma decisão tomada por grande parte dos grupos de poder à época. Mas em que momentos essa decisão torna-se evidente, em que medida os países que dariam lugar a Grã-Colômbia estavam de acordo com tais projetos? Aqui então objetiva-se responder a essas questões e apresentá-las de modo satisfatório para a resolução das mesmas. Através da junção das literaturas mais relevantes produzidas por importantes estudiosos sobre o tema decorre-se sobre os fatos que se sucederam de forma cronológica, com o objetivo de enxergar o desmantelamento do grande país como um processo decisório. Além de observar quais líderes estavam mais engajados no processo, em quais posicionamentos e com que poder se encontravam que lhes seria permitido, ou não, levar à diante seus objetivos de criar uma América independente de forma conjunta ou individual. A criação de três novos países de forma quase simultânea não se deu por forças exógenas imperialistas, mas tampouco fora possível chegar a um acordo interno de imediato, há então importantes considerações sobre o poder dos discursos, do militarismo, e da diplomacia para que seja possível entender o fim do poder de Bogotá sobre suas próprias províncias longínquas.

**Palavras-chave: Bolívar; Congresso; Constituição; Independência; Santander.**

## **ABSTRACT**

Great Colombia, which lasted little more than a decade, found its territorial dismantling for internal reasons more than external ones, this was, therefore, a decision by a large part of the power groups at the time. Nevertheless, when did this decision become evident, to what extent were the countries that would give rise to Gran Colombia in agreement with such projects? Here, then, the objective is to answer these questions and present them in a satisfactory way to solve the solutions. Through the junction of the most relevant literature produced by important historians on the subject, also the facts were presented chronologically, to see the dismantling of the great country as a decision-making process. In addition, observing which leaders were most engaged in the process, in which positions and with what power they were able to, or not, lead to their goals of creating an independent America, jointly or individually. The creation of three new countries almost simultaneously did not take place in exogenous imperialist molds, but neither was it possible to reach an immediate internal agreement, so there are important considerations about the power of speeches, militarism, and diplomacy to make it possible to understand the end of Bogota's power over its own distant provinces.

**Keywords: Bolívar; Congress; Constitution; Independence; Santander.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 FIM DO PERÍODO COLONIAL.....</b>	<b>8</b>
2.1 A economia colonial espanhola.....	11
2.2 Administração borbônica.....	12
2.3 Movimento <i>comunero</i> .....	13
2.4 Os impactos da revolução francesa.....	15
2.4.1 Consequências em Caracas.....	16
2.4.2 Consequências em Bogotá.....	17
<b>3 INDEPENDENCIA.....</b>	<b>18</b>
3.1 Fim da 2ª República Venezuelana e da Pátria Boba.....	20
3.2 Consolidação do poder patriota.....	22
3.3 Criação da Grã-Colômbia.....	25
3.4 EUA e Grã Bretanha frente a nova nação.....	28
3.5 Quito.....	30
<b>4 CRIAÇÃO DE UMA NOVA NAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
4.1 Ditador ou Presidente vitalício?.....	33
4.2 Dissências internas.....	35
4.2.1 Política econômica.....	36
4.3 O medo da anarquia.....	37
4.4. O fim da ordem de 1821.....	40
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Ao analisar as independências da América Latina vemos processos singulares entre si que, não raro, se cruzam. Seja pois os exércitos se unem, os generais se encontram, ou precisam de fortes personalidades para criar novos estados nacionais devido ao vácuo de poder deixado pelo fim do domínio metropolitano.

Porém tais histórias encontram seu auge e seu fim nas mesmas décadas, e grandes nações se desmantelam em pequenos territórios que permitem extenso poder aos caudilhos que surgem em lugar de uma elite *criolla* do período colonial.

Dentro desta perspectiva, não é raro nos deparamos com discursos que detém epistemologias mais marxistas e que enxergam na fraqueza desses povos latinos espaço para a atuação de grandes potências europeias ou mesmo dos EUA. Nesse sentido muito se fala de como os latinos são manipulados para manterem-se em uma condição de dependência na relação centro-periferia.

Sem dúvida há muitos fatores externos envolvidos na condição de subdesenvolvimento de países latinos. Porém no período que se estende da consolidação das primeiras juntas municipais, até o fim daquilo que a historiografia chamou de Grande Colômbia, houveram fatores internos de igual e talvez maior relevância do que pressões externas.

Sobre isso então tratar-se-á neste trabalho, a forma como interesses internos com respaldo social e político contribuíram para terminar com um país tão vasto em recursos e pessoas. Como foi possível a um mesmo povo unir-se em contra a metrópole espanhola, fundar um novo país e logo depois desejar dividi-lo em três diferentes nações.

Quais interesses foram envolvidos nesta equação e o quanto se obteve com a consolidação ou não destes. Restringir-nos-emos então a um período temporal bastante específico, com fatores essenciais do período colonial, primeiras revoltas, e então haverá mais atenção as crises internas de 1809 até 1831.

A especulação inicial para este projeto foi o monopólio das retóricas neorrealistas das relações internacionais, enxergando os Estados no nível sistêmico apenas, como se os fatores externos fossem suficientes para explicar seus comportamentos. No caso da Grande Colômbia essa perspectiva não fora suficiente

para explicar o surgimento de três novos Estados, sendo necessário então avaliar a organização deste Estado em sua profundidade interna.

A forma como militares, comerciantes e intelectuais enxergavam o local e o nacional e como isso fora capaz de conjugar uma nova realidade para o sistema internacional. Disso então trataremos no presente trabalho.

## 2 FIM DO PERÍODO COLONIAL

Desde a instauração dos primeiros vice reinos e capitâneas gerais no que atualmente chama-se América hispânica, já haviam as bases de um sistema análogo ao de castas, que geraria insatisfação de grupos locais que voltar-se-iam contra o governo de Madrid de forma definitiva no início do século XIX; este sistema determinava a posição social dos indivíduos pelo local de nascimento (ZANATTA, 2017, p. 27-28).

No topo da pirâmide social encontravam-se os funcionários de alto-escalão da coroa espanhola, tais funcionários burocratas (como os vice-reis e os capitães gerais) eram sempre indivíduos nascidos na Espanha. Chamados também de *chapetones*, estes detinham mais conexões com a Espanha do que com a América, por isto eram escolhidos para os cargos mais relevantes nos territórios do além mar espanhol.

Logo abaixo dos *chapetones* na pirâmide estavam os famosos *criollos*, grupo de onde vem àqueles que seriam chamados posteriormente de “libertadores da América”; tais como San Martín, Simón Bolívar, Bernardo O’Higgins e Miguel Hidalgo (PRADO; PELLEGRINO, 2019. p, 25-35).

Os *criollos*, que eram o que consideramos hoje hispano-americanos, formavam um grupo local que não raro detinha mais poder aquisitivo e conhecimento sobre o território do que àqueles que davam-lhes ordem (os já citados *chapetones*). Os *criollos* eram então a elite local agroexportadora ou comercial, porém não puderam jamais almejar no período colonial um posto mais correspondente ao poder econômico de possuíam. Por isso mesmo não é difícil imaginar que este grupo viria a financiar e muitas vezes encabeçar a busca pela autonomia política de seus territórios.

Os *mestizos* por sua vez encontravam-se em um estrato ainda menor, pois, diferentemente dos *criollos* não possuíam ambos pais espanhóis. Os *mestizos* eram filhos de espanhóis com nativos, logo não detinham nenhum direito político, sua única vantagem era ser um grupo de trabalhadores livres, embora sem grande poder econômico, ou político.

O sustentáculo da economia colonial porém, encontrava-se, em grande medida, na base da pirâmide social do período (e em muitos casos até atualmente), os indígenas (e os negros em menor número). Porém aqui vale destacar as distintas formas com que se explorava o trabalho indígena na época, dadas as diferentes

condições de administração de um terreno tão vasto com era a América hispânica, a *mita* e a *encomienda* merecem especial destaque.

A *encomienda* existia, em certa medida, como o sistema de engenhos das capitanias hereditárias na América lusitana durante parte do século XVI. O colono explorava uma parte de terras da colônia com autorização da coroa para ter amplos poderes, utilizar a mão de obra local (indígena) e repassar parte de sua produção à metrópole (BETHELL, 1990, p. 27-28). Este benefício, no caso espanhol, era estendido enquanto o colono vivesse (nos territórios portugueses deveria ser um benefício eterno). Este sistema fora amplamente utilizado pelos *criollos* nas chamadas *haciendas* (algo análogo ao que chama-se de latifúndios).

Já a *mita*, que também era uma forma de exploração indígena, fora um sistema de trabalho criado pelos Incas no vice reino do Peru. Os povos dominados deveriam entregar parte de seu povo para o trabalho em minas de forma sazonal, até serem substituídos por outros (PRADO; PELLEGRINO, 2019. p, 25-35).

O sistema até agora apresentado, lançaria no início do século XIX as bases para uma insatisfação generalizada na América hispânica. É importante ter em mente que o sistema colonial encontrava sua legitimidade na figura dos reis espanhóis, por tanto, uma vez que sua figura fora enfraquecida devido à invasão de tropas estrangeiras no território espanhol, todo o sistema seria rapidamente enfraquecido e subitamente desmantelado (ZANATTA, 2017, p. 43-45), pois haviam inúmeros grupos que almejavam postos superiores na administração colonial, e jamais o detiveram dada a rigidez do sistema criado pelo governo de Madrid.

Outro ponto bastante peculiar do sistema hispânico de administração é a situação dos indígenas, sempre maioria em números absolutos quando comparados aos europeus no mesmo território durante o período colonial, e sempre muito marginalizados. Tal situação sempre preocupava não apenas os *chapetones*, mas principalmente os *criollos*, pois imaginavam que se iniciassem uma revolta contra os espanhóis os indígenas fariam o mesmo em relação à minoria branca. Tal medo relacionava-se ao fenômeno do haitianismo (PRADO; PELLEGRINO, 2019. p, 15-18), devido sobretudo ao fato da revolução haitiana ter obtido ampla participação de escravos.

Por esta razão rebeliões como a de Tupac Amaru que aconteceu no Vice-Reino do Peru em 1781, sempre foram violentamente sufocadas pelas coroas ibéricas, temia-se a criação de mártires na América que poderiam deslegitimar o poder

real (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p, 11-12). Porém com o tempo tais rebeliões se tornaram mais comuns, e a ameaça de novas ideias que se faziam presentes na Europa eram suficientemente conhecidas pelas elites coloniais, uma vez que as elites coloniais tinham amplos contatos com a metrópole.

Isso somado as rebeliões que se tornavam frequentes no fim do século XVII e a enorme insatisfação dos *criollos* no continente, as ideias iluministas que levariam Luís XVI à guilhotina em 1792 encontraram solo fértil também nas américas (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p, 15-18). Com o enorme intercâmbio que existia entre os ricos agroexportadores americanos (como Simón Bolívar) e a crescente burguesia europeia que mantinham amplos contatos através de fontes iluministas de autores como Rousseau, Montesquieu, John Locke, entre outros; encontraram eco nas vozes de habitantes de Caracas, Bogotá, Buenos Aires, entre outras cidades que se tornariam capitais de novos Estados independentes no século seguinte.

Estes três fatores citados: insatisfação das elites econômicas hispano-americanas, rebeliões coloniais por parte dos indígenas, e difusão de ideias iluministas como a de igualdade e liberdade; foram as sementes dos processos de independência da América hispânica. Tudo isto associado ao vizinho anglófono já independente (que chamamos atualmente de Estados Unidos), alimentava o imaginário sobre como seria a vida dos colonos sem o controle da metrópole, e a possibilidade de comercializar diretamente com outros países europeus (ZANATTA, 2017, p. 45-46).

É importante ressaltar que mesmo com este controle administrativo rígido, a administração local das cidades e *pueblos* raramente passava por pessoas ligadas diretamente a metrópole. As reformas administrativas realizadas na época bourbonica (que serão vistas no item 1.2) tornaram possível a ascensão econômica dos *criollos*. Este grupo rapidamente passou a ter sua voz escutada nos *ayuntamientos* locais; ou seja, as juntas. Tais juntas tinham uma função similar a das câmaras municipais na América lusitana (TULCHIN, 2016, p. 22-23).

Os *ayuntamientos* portanto tinham a função de auxiliar na governança local; solucionando questões como obras públicas, leis locais, e alguma autonomia administrativa quanto aos impostos locais e policiamento. Era nesta esfera que a nova burguesia hispano-americana se fazia presente politicamente. Exerciam portanto no poder local aquilo que os *chapetones* faziam em esfera regional, dando-lhes um grande leque possibilidades em influência sobre as populações locais, e uma

ferramenta extra para utilizar quando se fizesse necessário (BETHELL, 1987, p. 40-52).

Este instrumento será amplamente utilizado para que os movimentos independentistas tomem corpo suficiente para que se insurjam contra o poder central de Madrid, uma vez que fosse deslegitimado pela prisão do rei, que aconteceria antes mesmo do advento da guerra peninsular (que será estudado melhor no item 1.4).

## 2.1 A economia colonial espanhola

É importante lembrar também a importância que a economia colonial tinha para a Espanha do período: grande parte do que hoje consideraríamos PIB espanhol no início do século XIX era proveniente da prata e ouro extraídas dos vice-reinos do Peru e da Nova Espanha; e das *commodities* produzidas pelas capitânicas gerais: como cacau, charque e tabaco. Isso devido a concepção econômica metalúrgica que ainda vivia a Espanha do século XIX (ZANATTA, 2017, p. 29-33). Tais extrações eram amplamente realizadas por meio do sistema já mencionado: a *mita*.

Porém o extrativismo mineral não era a única fonte de riqueza, e em muitos casos como o vice Reino do Rio da Prata e a capitania geral da Venezuela, não eram o foco do governo de Madrid no período em questão, tais regiões somente obtiveram um maior crescimento populacional e econômico após o advento de reformas que permitiram o comércio entre as colônias, visto que estes territórios eram muitas vezes negligenciados pela Espanha. A força econômica de grande parte dos territórios americanos é o que em muitos casos segue até os dias atuais: agroexportação; incentivado através do sistema da criação de *haciendas*. Tal sistema funcionava como as sesmarias no Brasil mesmo depois da independência.

As *haciendas* eram uma grande porção de terras que eram em grande medida doadas a alguns descendentes de espanhóis na América (*criollos*), este por sua vez tinha amplos poderes sobre o território a ele cedido e poderia exercer uma economia de monocultura na qual seria possível a plantação e extração de grandes quantidades de um único produto agrícola através de trabalho compulsório de nativos (BETHELL, 1990, p. 27-28). Na prática era a criação de latifúndios com trabalho de escravos indígenas (as chamadas *encomiendas*).

Segundo Zanatta (2017, p. 34-35) os países ibéricos já vinham em declínio nos campos político e econômico. Desde o final da guerra dos 30 anos (1638) já observava-se um redirecionamento dos centros de poder, porém somente após a eclosão das revoluções burguesas na Europa (Países Baixos, Grã-Bretanha e, posteriormente a França), além de seus desdobramentos com a Revolução industrial, que ficou evidente o atraso em que se encontravam. Os produtos manufaturados mostraram-se um ótimo atrativo às elites ibérico-americanas, que utilizavam seu ouro e prata para comprar os produtos britânicos.

Tais produtos manufaturados, como têxteis, poderiam ser até mesmo considerados baratos, mas como entravam em grande quantidade acabavam por desequilibrar o que hoje chamaríamos de balança de pagamentos; fazendo com que tais economias se estagnassem em inovações e produção desse e de outros produtos.

A forma com que a Espanha conseguia manter o equilíbrio nas contas públicas e um crescimento econômico era pela captação de recursos primários (*commodities*) das Américas e Filipinas. Isto somente era possível através da captação de impostos por meio de reformas administrativas mais eficientes e que tornassem possível ao reino manter sua estabilidade econômica; tais reformas foram possíveis apenas com o advento dos reis Bourbon (ZANATTA, 2017, p. 38-42).

## 2.2 A administração borbônica

Outra evidência do declínio espanhol já no século anterior às independências hispano-americanas fora a guerra da sucessão espanhola que ocorrera no século XVIII, e que trouxe inúmeras consequências para a administração colonial. Inicialmente a Espanha fora governada pelos Habsburgo, que mostraram-se sempre muito mais afeitos a ideia de deter um grande domínio na Europa continental e não um domínio essencialmente ultramarino. Porém quando os Bourbon passam a dominar o governo de Madrid, em especial com Carlos III (1759-1788), a relação colônias e metrópole passam por mudanças estruturais significativas (ZANATTA, 2017, p. 38-42).

A primeira foi aumentar o controle sobre o território com a criação de dois novos vice-reinos: Granada em 1739, futura Colômbia, e Rio da Prata em 1776, futura Argentina

(PRADO; PELLEGRINO, 2019, p, 27). Uma vez que o controle da América do Sul se apresentava muito difícil dada a vastidão territorial que detém.

A segunda foi um controle maior sobre os contrabandos e descaminhos feitos de produtos provenientes das Américas com uma maior fiscalização e um maior controle sobre impostos em taxação e arrecadação. É importante salientar que havia comércio entre as colônias, o que era ilegal até o momento, ao permitir uma maior circulação de mercadorias entre as colônias foi possível diminuir o contrabando visto que com o advento da administração bourbonica passaria a ser legal. Na prática isso era o fim do regime de portos exclusivos, que antes eram: Vera Cruz, Cartagena, Porto Belo, e na Europa a cidade de Sevilla (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p. 27-28).

Tal medida permitiu uma maior diversificação comercial e administração de territórios antes isolados e com risco de serem perdidos; o caso mais emblemático era o Vice-reino do Rio da Prata: com grande produção de charque, visto que à época tinha poucos recursos naturais explorados, passava a fornecer carne à outras colônias da região (SOUSA, 2015).

Estas medidas permitiram a eclosão de uma burguesia agroexportadora na região colonial, dominada pelos *criollos*, este grupo se fez presente conquistando espaço nas juntas locais ou *ayuntamientos*, e posteriormente na reunião das cortes em Cádiz (ZANATTA, 2017, p. 49). Isto se deu devido ao poder econômico que foi captado por este grupo social que na virada século XVIII para o século XIX desejava associar seu poder econômico com o político assim como dos *chapetones*; e fariam o possível para que suas demandas fossem ouvidas e levadas a cabo.

Logo a constituição de Cádiz, que nunca entrou em vigor de fato, feita em nome de Fernando VII apenas serviu para deixar claro aos colonos que sua possibilidade de ascensão social ainda encontrar-se-ia extremamente limitada sobre um domínio espanhol ilustrado; o suficiente para fazer as revoltas contra as forças realistas na América ainda mais coesa e capaz de expulsá-las da região (ZANATTA, 2017, p. 49).

### 2.3 Movimento *comunero*

Ocorrido em 1781, este movimento que ocorreu no atual norte colombiano, é contemporâneo e análogo ao movimento da inconfidência mineira. Tais movimentos, como também de Tupac Amaru, já evidenciavam grupos que questionavam a

legitimidade do governo de Madrid muito antes das independências; movimentos como *no tax without representation* nas treze colônias britânicas encontraram eco em diversas outras partes da América (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p, 11-12), entre elas no Vice Reinado da Nova Granada.

As reformas burbônicas já vinham trazendo um aumento de impostos bastante pesados à população hispano-americana, porém após a intervenção espanhola na guerra da independência das treze colônias era necessário reequilibrar o orçamento público espanhol. Em um período em que não era possível a emissão de títulos para fazê-lo, a alternativa era o aumento de impostos, em especial, nas colônias.

Para Gómez (2014) foi neste contexto que em um *pueblo* chamado socorro, uma mulher chamada Manuela Beutrán destrói um *edicto* que estava pendurado em frente ao *ayuntamiento* da cidade (em 16 de março de 1781). Dando início então a *revuelta comunera* que utilizava o emblema: “Morte aos impostos! Viva o rei”.

É o iluminismo dando seus primeiros sinais da enfermidade do antigo regime na América hispânica (TULCHIN, 2016, p. 20-33). A exigência de um governo mais justo e sem impostos, segue aqui a importância de salientar que o movimento detém aspectos bem mais conservadores que seus análogos na América Lusitana ou mesmo no Vice Reino do Peru. O movimento não exigira ou declarara unilateralmente sua independência, esse não era um desejo dos *comuneros*. Era apenas um movimento que buscava maior representatividade.

Após negociações com o bispo local (o que hoje consideraríamos um agente plenipotenciário enviado pelo rei), e a apresentação de 35 demandas para acabar com a revolta que somou mais de vinte mil pessoas da região; ocorre a promessa de cumprimento das mesmas pelo governo local (GÓMEZ, 2014, p. 35-42).

Porém ao retornar o Vice Rei à Nova Granada, juntamente com os demais *chapetones*, não cumpre-se as exigências acordadas entre as partes anteriormente sobre o pretexto de que haviam sido aceitas por meio de ameaças. Ao mesmo tempo em que os espanhóis foram capazes de se reorganizar na região o suficiente para que uma vez que a revolta retornasse (o que de fato ocorreu), fosse rapidamente reprimida.

Similar ao que ocorrera com Tiradentes na colônia lusitana; José Antonio Galán foi escolhido para servir como exemplo à futuras rebeliões que poderiam ocorrer; fora desmembrado e partes de seu corpo espalhados em *pueblos* da região que hoje chamamos de Colômbia.

Para o mestre em história Rainer Gonçalves Souza (2015) é interessante notar a presença popular no movimento: não era um movimento em que fora possível observar os interesses da nova oligarquia (*criollos*) materializando-se de forma a mobilizarem-se em grande número. De fato houve a presença do que seria a futura burguesia agroexportadora como alguns dos líderes da revolta; porém essa participação elitista não fora em absoluto, no sentido que se iniciara por iniciativas populares e que contava com grande quantidade de indígenas e *mestizos* em sua organização.

#### 2.4 Os impactos da revolução francesa

Na virada dos anos 1800 já era possível sentir os desejos da elite *criolla* de forma nítida, porém faltava o estopim para que esta nova oligarquia fosse capaz de legitimar-se frente aos demais grupos o seu lugar como dirigentes políticos. Para Sombra Saraiva (2012, p. 60-77), em seu livro “história das relações internacionais contemporâneas” tal momento chegou com Napoleão Bonaparte ao invadir a Espanha, retirando Fernando VI do trono espanhol e, portanto, deslegitimando todo o sistema colonial espanhol uma vez que coloca seu primo José Bonaparte como rei.

O impacto sentido nas colônias é direto, todo o sistema de vice reinados e capitanias gerais começam a ter que sobreviver por conta própria, uma vez que não consideraram José Bonaparte legítimo rei e portanto seguem suas próprias vontades, negociando diretamente com a nova potência da época: o Reino Unido, para conseguirem importar produtos que não possuíam em seus territórios. Ao mesmo tempo em que os *chapetones* tentam reorganizar as colônias, uma vez que Fernando VII estava preso e a guerra peninsular (1807-18012) estava acontecendo, os demais grupos se organizam para buscar a independência política de seus territórios; financiando e organizando exércitos no período, os *criollos*, se mostraram fundamentais para levar à cabo os processos de independência (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p. 30). Mas como foi possível que isto se desse de forma tão generalizada ao ponto de atingir todas as colônias (à exceção de Cuba, Filipinas e Porto Rico) e ainda se obtivesse êxito de tais tentativas de emancipação?

Houve na verdade um último fator determinante para frustrar as expectativas dos colonos de que a Espanha poderia ouvi-los e que os vice-reinos e as Capitanias

gerais poderiam obter mais autonomia e representação em Madrid. Tal fator fora a constituição liberal da Espanha em 1812, também conhecida como a constituição de Cádiz (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p. 30). Tal documento fora produzido pelas elites intelectuais e aristocráticas espanholas do período; similar ao que seria a constituição do Porto em 1820 no caso português. A constituição de Cádiz então traz à Espanha os ideais iluministas de representação política, limitação do poder real, entre outras ideias inovadoras do período. Porém reatara as amarras da relação das colônias com a metrópole.

Com a criação do documento iluminista os colonos imaginavam que a obteriam maior representatividade, e que haveria possibilidades de ascensão social por diversos extratos da sociedade. Ou seja, desejava-se uma maior maleabilidade do rigoroso processo de administração colonial. Muito se esperava em possibilidades de ascensão dos *criollos* e outros grupos, além de uma possibilidade de comercializar diretamente com terceiros países (em especial o Reino Unido), sem a intervenção ou necessidade de aprovação do governo metropolitano para fazê-lo.

Cádiz em 1812 não fora capaz de materializar nenhum dos anseios destes grupos coloniais, a aristocracia que se encontrava cercada na pequena cidade ao sul da Espanha nada fizera para tentar implementar o iluminismo nas Américas também (ZANATTA, 2017, p. 49). Ao contrário, era uma tentativa de reatar os laços e obrigações coloniais do período anterior às invasões napoleônicas. Até trouxera uma maior representatividade e limitação do poder real; porém apenas para a metrópole com sua aristocracia e burguesia nascente positivando diversas liberdades individuais apenas aos espanhóis da metrópole.

#### 2.4.1 Consequências em Caracas

Como o objetivo deste projeto é explicar a ascensão e queda da Grande Colômbia, ater-se-á às consequências mais diretas para os territórios que a compuseram (Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá). O caso que também é conhecido como o “primeiro país a libertar-se do domínio espanhol” (TURCI, 2015) recebeu diretamente os impactos da invasão francesa. Os maiores idealizadores da Grande Colômbia tinham suas origens na Venezuela: Simon Bolívar e Francisco Miranda. Tais indivíduos não perderam a oportunidade que lhes fora oferecida com a

prisão do rei espanhol; imediatamente se mobilizam juntamente às desconfianças e ao ímpeto venezuelano no período.

O primeiro passo foi a população local incitar a formação de um *cabildo* aberto em Caracas (ZANATTA, 2017), para que os *criollos* pudessem decidir de forma mais direta como se daria a administração da região no período de aprisionamento do rei. Ou seja, os anseios desde os primeiros tempos coloniais da elite *criolla* seriam atendidos. Como efeito direto da criação deste *cabildo* foi o atrito com os *chapetones*. Isto gerou já em 1808 um conflito entre os chamados realistas (que defendiam o poder real) e do outro lado os patriotas (essencialmente, mas não apenas, *criollos* que desejavam uma maior autonomia da capitania). Bolívar, que havia voltado à Caracas um ano antes (1807), tornara-se neste movimento patriota um dos líderes mais centrais.

O ápice do desentendimento entre os dois grupos foi a chegada de um novo dirigente à capitania da Venezuela em 1809; isto é relevante no contexto da época pois como as distâncias entre as colônias e a metrópole eram muito grandes não foi possível saber de imediato se o representante que chegava era do Rei Bourbon ou Bonaparte. Isso foi suficiente para instaurar o vácuo de poder necessário para que os *criollos* pudessem ocupá-lo (ZANATTA, 2017).

Neste ritmo, para Érica Turci (2015), em 1810 os venezuelanos decretaram sua primeira independência da Espanha, porém devidos à natureza dos fatos ocorrera um terremoto no ano seguinte na capital do recém-formado Estado. Em 1812 dada a fragilidade em que o país se encontrava política e militarmente, a Espanha restaurada dos Bourbons retomou o controle da região através da força ainda presente dos *chapetones*. Os desdobramentos posteriores são vistos mais detalhadamente no item 2, o importante é perceber a força e legitimidade encontrada na figura de Fernando VII, e as consequências diretas de sua ausência no trono espanhol.

#### 2.4.2 Consequências em Bogotá

Similar ao que ocorrera não apenas em Caracas, mas em toda a América hispânica, o vácuo de poder deixado por um rei ilegítimo permitiu a formação de juntas formadas por *criollos*. Este processo no vice reino da Nova Granada deu origem ao período que entrou para a história colombiana como pátria boba (ALDEMAN, 2006).

É importante lembrar que a Vice Reino já vinha de um processo bem consistente de insatisfação com a metrópole no século anterior, e que o famoso movimento *comunero* mencionado anteriormente, que contara com relevante participação popular porém pouca participação da elite *criolla*, dado o medo do que se convencionara chamar “haitinismo” no período – recebia este nome pois no Haiti os escravos foram capazes de tomar o poder sem as elites, já que apresentavam a maioria – havia colocado em cheque os interesses locais com os metropolitanos.

Segundo Aldeman (2006) em seu estudo “*Sovereignty and revolution in the Iberic Atlantic*” não fora surpresa então que concomitante à prisão do Rei espanhol ocorrera a formação da junta de Quito em 1808. Com isto sucederam uma serie de novas juntas como a de Bogotá em 1810 pelo Vice Reino, porém não fora possível fazer convergir nem mesmo superficialmente os interesses de todos os *criollos* das então: Províncias Unidas da Nova Grana; dada a enorme riqueza e diferenciação cultural entre as regiões e mesmo econômicas não observara-se neste primeiro período nem mesmo um consenso sobre a forma de governo deveria ser exercida, além de tudo regiões como Pasto, Santa Maria e Panamá desejaram seguir fiéis à Madrid.

Ainda pelo estudo de Aldeman (2006), essa divergência de interesses e impossibilidade de unificar o território durante a primeira república das Províncias Unidas da Nova Granada tornara tão insustentável a possibilidade de manterem-se independentes ou mesmo unificados que por isto recebera o nome de Pátria Boba. A consolidação da independência ainda levaria alguns anos, e sua manutenção territorial passaria por grandes mudanças nas duas décadas que se seguiriam; porém aqui já temos os primeiros sintomas da doença política que acarretaria o desmantelamento territorial desta nação: dificuldades de entendimento entre as elites *criollas*.

### **3 INDEPENDENCIA**

Conforme já mencionada, a pátria boba não detinha uma elite muito harmoniosa quanto aos rumos da nova nação. No sentido de que algumas províncias haviam desejado manter-se fiéis à Espanha, fora bastante efêmera sua independência neste primeiro momento. Em 1817 os monarquistas já haviam reconquistado o

território que à época era chamado de Nova Granada, sendo necessário então uma nova guerra por parte dos patriotas para tentar a independência da região (ARANAM, 2013, p. 211-220).

Na mesma década em que se desenrolaram os fatos à cima descrito, no outro lado da fronteira do que fora chamado Capitania Geral da Venezuela, segundo as descrições que Marie Arana (2013) apresenta em seu livro “Bolívar o Libertador da América” no capítulo ‘vislumbres da glória’ a tentativa de independência realizada por Caracas em 1811 tornara-se frustrada já 1812, neste ano houve o famoso terremoto de Caracas, que fizera muitos pensarem se seria contra a vontade divina a busca pela independência.

Tal fatídico acidente juntamente com cada vez mais vitórias do exército espanhol nas regiões mais importantes da atual Venezuela fizera Bolívar buscar refúgio à leste, próximo às guinas. Para que pudesse reorganizar-se e tornar sua nação independente (MELO, 2018, p. 46).

Bolívar apresentava-se bastante apreensivo pelos que relatos que vinham sobre as vitórias de San Martín ao sul do continente, pelo de que desejava tornar-se libertador não apenas da Venezuela, mas também do Peru, sonhava com uma América hispânica unificada para fazer uma nação grandiosa. Supunha que a melhor forma de fazê-la seria através de uma libertação conjunta de um único general e exército, este general deveria ser ele próprio, Bolívar. Com este objetivo então declarou-se a segunda república venezuelana, que se mostrara tão efêmera quanto a primeira segundo o livro de Arana (2013), tendo pouco avanço em termos territoriais contra os espanhóis e vendo-se terminada em 1813.

A partir deste momento surge o principal motivo para a criação do futuro Estado da Grã-Colômbia; ambas independências estão intimamente ligadas e só foram possíveis uma vez que seus exércitos estavam unidos pela mesma causa. Importante salientar que segundo a epistemologia realista clássica de Maquiavel nas relações internacionais, um Estado apenas poderia consolidar-se por meio da unificação de um exército profissional conjunto (JATOBÁ, 2013, p. 18-21). Portanto é possível imaginar que a independência da Nova Granada e da Venezuela fora trazida de forma efetiva pela união de esforços dos exércitos destas regiões não é de surpreender que no imediato pós-independência tenham se unificado.

### 3.1 Fim da 2ª República Venezuelana e da Pátria Boba

Com o fim daquilo que a historiografia chama atualmente de 1ª república venezuelana ficaram claros desde o princípio os erros cometidos na constituição inicial; a formação de uma confederação ou mesmo federação em alguma nação latino-americana não resultaria em êxito nem mesmo a curto prazo. Em seu livro “Bolívar o Libertador da América”, Marie Arana (2013, p. 140-143) a divergência das visões de grupos locais, em especial dos *criollos*, faria com que não fosse possível consolidar um governo estável e um sentimento nacional unificador. Para tanto não era desejável replicar a constituição interior posteriormente, ao menos aos olhos de Bolívar.

Ainda segundo Arana (2013, p. 140-143), com a partida dos líderes patriotas da região, Monteverde iniciou um processo de reconsolidação do poder espanhol na capitania geral da Venezuela, reprimindo violentamente todos aqueles que pudessem ter apoiado o movimento revolucionário; neste momento o futuro libertador saía da Guiana para refugiar-se na confederação da Nova Granada (Pátria Boba).

No momento de sua chegada já observava a divergência de interesses entre as elites regionais que não conseguiam consolidar de forma efetiva sua independência, neste ponto sua presença fora crucial na região. Bolívar ajudou a retomar o controle do Rio Magdalena com aval do presidente em Bogotá a mesma medida em que Monteverde retomava o controle total da Venezuela aos espanhóis. Neste contexto Bolívar enxergava que a independência da região da Nova Granada dependia da independência da Venezuela, pois uma ameaça de invasão à leste tornava-se cada vez mais iminente (ANARA, 2013, p. 142-156).

Com esta visão de que ambas regiões estavam conectadas dadas as fronteiras que possuíam e que seriam interdependentes, Bolívar já flertava com a ideia de integrar politicamente tais territórios, e para isso necessitava conquistar suas independências de modo concomitante (PELLEGRIO, 2019, p. 40-45). Portanto de forma muito confiante, embora sem respaldo pela capital (Bogotá), utilizou seu exército revolucionário na atual Colômbia para atravessar a fronteira à leste e tomar rapidamente cidades como Mérida e Valencia de Monteverde, sem tardar muito em nenhuma delas iam se aproximando de Caracas paulatinamente.

Logo após a tomada de Caracas e o controle do oeste venezuelano por Bolívar, uma vez que o oeste fora liberto por outro *criollo*, Monteverde se refugiou em *Puerto Cabello*. De lá Monteverde pôde utilizar-se de uma fenda na armadura social de Bolívar: os pardos, indígenas, mestiços e escravos da região rapidamente foram convencidos que os séculos de opressão sobre suas classes vinham da elite *criolla*, sendo que na realidade tal sistema de opressão somente fora possível pelo domínio espanhol. Recaída a culpa exclusivamente aos brancos americanos, sob a liderança de Boves surgiu um exército “sem nenhum designo aparente além do estupro e da espoliação” (ANARA, 2013, p. 170).

Com uma enorme brutalidade seguindo o exército de Boves, que apenas crescia dado o número de escravos e indígenas na região que se alistavam às centenas à medida que avançavam pelo interior a Venezuela tornava-se um mar de sangue (PIETRI, 2014, p. 56-62). Com a emergência que se instalava na segunda república surgia uma guerra civil, e os sonhos de Bolívar em unir os irmãos do norte da América do Sul foram interrompidos por novas batalhas.

Bolívar teve de abandonar Caracas em direção à Barcelona, após perder inúmeras batalhas e faltarem munições para enfrentar Boves (ANARA, 2013, p. 170-175). Uma vez em Barcelona descobriu que lá também já se instalara o caos e Santiago Mariño (o *criollo* que ‘libertara’ o oeste) não havia consolidado sua região tão bem como se pensara em princípio.

Ao mesmo tempo em que o exército de Boves se aproximava e redesenhava as estruturas sociais da Venezuela permitindo ascensão de grupos marginalizados à administração pública (PIETRI, 2014, p. 56-62); um motim se instalava entre apoiadores de Bolívar o que o obrigara a sair da Venezuela, pouco depois a própria segunda república se termina tornando-se tão efêmera quanto a primeira.

Apesar dos malogros na Venezuela, Bolívar foi bem recebido em Cartagena inicialmente auxiliando com a retomada de Bogotá e do Rio Magdalena uma vez mais, ao retornar a Cartagena após sofridas vitórias nesta confederação, Castillo (influyente coronel na região) frustrara os planos de Bolívar. Difamando Bolívar e sabotando planos de conquista, Simón Bolívar se viu, segundo Marie Arana (2013, p. 170-175) obrigado a deixar Nova Granada em direção à Jamaica.

Ao mesmo tempo em que os *criollos* buscavam migalhas territoriais de influência na região, a maior esquadra já enviada para o Novo Mundo chegava na Venezuela liderada por Morillo. Após garantir as conquistas já empreitadas por

espanhóis na Capitania Geral nada tardou para seguir em direção ao Vice-reino (MELO, 2018, p. 67). Se instalou ao norte em Santa Marta à mesma medida em que o Peru seguia fiel aos espanhóis ao sul. Dali reconquistara toda a região, cercando Cartagena e terminando a breve experiência confederada da 'pátria boba' comprovando a teoria de Bolívar de que para manter aquele território seguro era necessário libertar também a Venezuela.

### 3.2 Consolidação do poder patriota

Uma vez na Jamaica Bolívar não tardou em seguir a tentativa de conseguir aliados internacionais que fornecessem as condições necessárias para sua revolução, porém pouco apoio obtivera dos EUA e da Inglaterra (SARAIVA, 2012, p. 60-77). De Kingstown partiu para o Haiti, onde fora capaz de obter apoio do presidente Pétiön, com tal apoio prometera que libertaria os escravos da região e partira em busca da retomada definitiva da Venezuela (ANARA, 2013, p.197-198).

Segundo Marie Arana (2013, p. 197-204) ali mesmo na costa oriental da capitania geral da Venezuela já vira seus planos de fundar nova república frustrados dada a enorme desorganização e pouco comprometimento com os caudilhos da região à causa revolucionária, nesta viagem nem mesmo fora possível fundar nova república. Bolívar síria às pressas da caótica Venezuela uma vez mais, ficando apenas tempo suficiente para declarar que a escravidão estava abolida e que seu exército recrutaria aqueles grupos que até então foram excluídos da sociedade como os negros, pardos e índios.

De volta ao Haiti, Bolívar cooptou novos aliados no caribe à medida que planejava seu retorno uma vez mais ao território, o que acontecera em 1817. Neste ano os patriotas desembarcaram na cidade de Barcelona para se reagrupar com o libertador do oriente, Santiago Mariño. Desta vez porém com uma estratégia muito diferente das anteriores (ANARA, 2013, p.197-198).

Duas lições foram aprendidas ao longo da efêmera segunda república; a primeira era o fato de que a independência só seria consolidada ao fazer todas as classes unirem-se, integrando grupos excluídos ao exército revolucionário. A segunda é o fato de que assim como Boves e suas "legiões do inferno" expulsaram Bolívar de Caracas se apoderando do interior da futura nação, assim deveria fazer o próprio Bolívar para garantir seu êxito (PIETRI, 2014, p. 56-62).

A primeira parte inicialmente resolvida, Bolívar partira para a segunda lição, seu objetivo agora era conquistar a região dos Rios Orinoco e Apure. Visava estabelecer-se no interior abrindo caminho paulatinamente partindo da Guayana até a cidade de Angosturas. Neste meio tempo ocorreram inúmeros problemas; como a tentativa frustrada de aliar-se a Piar, importante militar no interior da Venezuela que regimentava em seu exércitos muitas das minorias já citadas. Ao final da frustrada tentativa e execução de Piar, o líder revolucionário já controlava grande parte do Rio Orinoco.

O primeiro ponto porém que garantiu o desespero de Morillo e um avanço extraordinário do exército patriota fora a quase inacreditável aliança entre Bolívar e Paez, militar extremamente relevante e que controlava grandes faixas territoriais com parte do exército abandonado pela Espanha após a morte de Boves (ANARA, 2013, p. 197-206). Tal aliança era quase inimaginável, uma vez que ambos líderes eram provenientes de mundos quase que equidistantes e portanto pouco tinham em comum. Porém ambos entendiam a necessidade da aliança criada e nutriam respeito pelo que cada um conquistara até aquele momento.

O segundo *turning point* da guerra fora o recrutamento de veteranos Britânicos e Irlandeses da Batalha de Waterloo. Em 1818 o exército inglês já estava diminuindo seu contingente, uma vez que a vitória dos países conservadores da Europa sobre a França estava garantida. Isso fizera com que alguns militares muito experientes viessem tentar a vida nas batalhas do novo mundo. Não sem problemas; devido a problemas de embriaguez e desistência muito esforço fora empreendido por Bolívar na tentativa de disciplinar os exércitos que chegavam.

Segundo o livro de Arana (2013), após a tentativa quase traidora de seus aliados à oeste em fundar a terceira república reincorporando a constituição de 1810 com seu teor confederado; a não aquiescência de Bolívar, uma vez que nada falara sobre o tema e se preocupara com outros fatores da revolução, fizera a tentativa no oriente converter-se em nada. Pois em Angostura Bolívar fazia o possível para criar um congresso e reorganizar o novo país. Sua preocupação era em pagar seu exército e garantir o comércio para alimentação e munições ao longo do Rio Orinoco.

Em 1818 é convocado o Congresso de Angostura, que formularia uma constituição e escolheria o presidente, a escolha do presidente em nada surpreende disser que fora o próprio Bolívar. Porém, pouco estava Bolívar preocupado em governar na época, deixara isto a encargo de seu vice: o granadino Francisco Antonio,

e assim retornara às batalhas para garantir a sobrevivência da nova república (MELO, 2018, p. 46).

Outra diferenciação importante com a primeira república era a conquista de Caracas, desta vez Bolívar não desejava conquistá-la neste primeiro momento, desejava antes consolidar seus territórios no interior, seu exército, e certamente, a própria Nova Granada (MELO, 2018, p. 46-52). Uma vez que as forças e atenções espanholas concentravam-se em conter os patriotas na Venezuela, grande parte da Nova Granada, em especial a porção andina, não encontrava-se guardada por tropas realistas.

De acordo com Jorge Orlando Melo (2018) em seu livro "*história mínima de Colômbia*" uma vez que encontrava-se no Rio Apure, Bolívar desejava atravessar os Andes em direção à Nova Granada, que no momento encontrava-se vítima de grande repressão por parte do Vice-Rei. Às vésperas de um dos eventos históricos mais impressionantes da história militar, o revolucionário compartilhara seus mais importantes aliados: Páez e Santander. Uma vez com complicações Bolívar fizera seu plano e o conduziu de forma impressionante. Páez resguardaria a cidade de Cúcuta para evitar avanços espanhóis em direção à oeste; enquanto à leste Bermúdez e Mariño seguiriam pressionando Morillo, em Caracas.

A travessia então fora realizada. Com o revolucionário à frente, e as perdas humanas e animais, encontravam pouco para agarrarem-se além de sonhos de liberdade, a fome e o ar rarefeito de 4 mil metros acima do nível do mar fizera os sobreviventes chegarem ao encontro de Santander em Nova Granada, onde conseguiram se recompor e preparar-se com o devido tempo em um território no qual os espanhóis jamais imaginaram que poderiam passar os patriotas, e por esta razão nenhum exército monarquista estava ali naquele momento (ANARA, 2013, p. 197-206).

Ainda seguindo a descrição biográfica de Arana(2013) sobre Simón Bolívar, após a recomposição dos exércitos e traçados os planos seguintes para conquistar o Vice-Reino, duas batalhas se sucederam que determinariam a conquista efetiva de Bogotá: a Batalha do Pântano, e a Batalha de Boyacá; ambas deixaram o caminho à capital do Vice-Reino aberto para os patriotas, que entraram em Bogotá sem encontrar resistência, Bolívar entrou no palácio do Vice-Rei quando este também já havia fugido, e com a tomada de Nova Granada Morillo já sabia que o fim do império espanhol na América do Sul se aproximava.

O sedicioso Bolívar ocupou imediatamente a capita de Santa Fé [de Bogotá], e o fatal êxito dessa batalha colocou à sua disposição os imensos recursos de um país muito povoado, rico e abundante, de onde extrairá o quanto necessite para continuar a guerra [...] todo o interior deste continente até o Peru [...] está à mercê de quem domine Santa Fé [...]. Agora não serão suficientes 8 mil homens para recuperar o que perdemos.<sup>1</sup>

### 3.3 Criação da Grã-Colômbia

A tomada da Nova Granada fora positiva para a campanha de Bolívar no sentido de deixa-lo mais confiante no esforço que empreendia e os avanços que poderiam ser conquistados no futuro próximo. Ao mesmo tempo em que provara-se extremamente onerosa ao seu exército, os militares que realizaram a campanha pela parte mais setentrional dos Andes estavam exaustos, a comida era pouca, os anos se alongavam e a guerra já parecia esgotar a todos (ARANA, 2013, p. 250-278).

Com este fato então o libertador teve de lidar com problemas de recrutamento pois muitos militares estavam desistindo da guerra, diminuindo o contingente patriota. Morillo não sabia, mas seu exército mesmo sem o apoio da metrópole estava em vantagem quando comparado ao exército de Bolívar no mesmo período.

Houve pouco tempo para júbilo em Bogotá, todos estavam cientes que o próximo ponto a atacar seria nada menos que Caracas (PELLEGRILLO, 2019, p. 32). Para tanto, o retorno de Bolívar à Angostura seria o primeiro passo. Embora mais uma vez encontravam-se problemas na improvisada capital, o poder tinha sido retirado rapidamente do vice-presidente e passado aos caudilhos venezuelanos. Bolívar porém soubera lidar com maestria nesta situação para recuperar o desejado *status quo*.

Uma vez o congresso e a presidência de volta à normalidade, em dezembro de 1819 segundo as descrições no livro de Arana (2013), Bolívar apresentou ao congresso a proposta de união à Nova Granada, pois sentia que sua nação era a América, e que para consolidar suas independências e poder econômico as nações latino-americanas (termo mais contemporâneo) deveriam unir-se no âmbito político de forma efetiva.

Em poucos dias a proposta fora aprovada no congresso de Angostura, criava-se então um novo Estado independente na parte mais setentrional da América do Sul,

---

<sup>1</sup> Morillo para o Ministério da Guerra em Madrid, valencia, 12/09/1819, apud Rodríguez Villa, pp. 49-55. [TDE]

chamar-se-ia República da Colômbia, em homenagem ao Cristóvão Colombo, e deveria abarcar o máximo de nações hispano americanas que fosse possível dentro das visões de Bolívar. Tal república a historiografia chama de Grã-Colômbia para diferenciá-la da atual Colômbia, porém ambas possuem o mesmo nome de forma oficial (PELLEGRIO, 2019, p. 32).

Enquanto estes fatos se sucediam no interior da Venezuela com efeitos de longo prazo, Morillo se preparava para o pior ao pedir reforços à Espanha, que se encontrava em convulsão social. Os efeitos dos ideais iluministas trazidos pela França com a invasão de Napoleão começavam a se mostrar evidentes; Fernando VI não conseguira apagar os anseios dos espanhóis ao tentar apagar a constituição de Cádiz (ZANATTA, 2017, p. 49-50). Ao contrário, inflamara ainda mais os ânimos espanhóis ao ponto de o exército recusar partir em nome da coroa para reconquistar o Novo Mundo, obrigando com outros fatores internos o rei a reconhecer a constituição de Cádiz.

Com esse fato, as ordens provenientes de Madrid para Morillo eram de negociar com os patriotas e estender a todos os direitos garantidos na constituição de Cádiz aos patriotas, uma vez que não seria possível enviar mais tropas à América. A desconexão da Espanha com a América jamais fora mais evidente (ZANATTA, 2017, p. 49-50).

A guerra continuava, prometendo arrastar-se por mais algum tempo, os espanhóis na Venezuela pouco tinham a fazer senão resistir para manter o pouco que tinham. O capitão-geral espanhol sabia da realidade que se apresentava, e não imaginava que os exércitos revolucionários estavam em pouco número; porém com extrema determinação dos patriotas, os espanhóis foram paulatinamente empurrados para o mar do caribe. Nesse ponto negociações começaram a acontecer entre Morillo e Bolívar, tais havendo começado por parte do Capitão espanhol, já bastante esgotado de sua estadia na América segundo estudos presentes no já citado livro de Arana (2013).

À medida em que negociações de armistício tornavam-se mais próximas, Bolívar seguira fazendo incursões rápidas nas províncias venezuelanas ainda sob controle espanhol, no intento de forçar a negociação do mesmo rapidamente.

Fora porém na cidade de Trujillo que se dera o armistício de forma efetiva, pouco antes do encontro entre os dois generais (o qual estava sendo pedido por parte de Morillo) ao encontrarem-se, segundo observações realizadas por Marie Arana

(2013) era impressionante o respeito mútuo que se abrigava no encontro dos generais quando esse ocorrera. Ali mesmo durante o encontro ambos decidiram pela construção de um monumento em homenagem ao fato que se sucedia.

O armistício duraria apenas cinco meses, e com a saída do Capitão-Geral, o comando das operações passava ao militar De La Torre. O último conselho dado por Morillo ao seu sucessor era para “Defender o forte de Puerto Cabello a todo custo”<sup>2</sup>. Isso, pois era o único local da região por onde os espanhóis poderiam fugir, era vital mantê-lo caso uma evacuação em maior escala fosse necessária (o que de fato ocorreria posteriormente).

Os espanhóis não sabiam, mas davam aos patriotas o tempo necessário para que pudesse haver uma reorganização e aumento do recrutamento do exército revolucionário. Tudo que Bolívar necessitava naquele décimo ano de Guerra era tempo para reorganizar-se, e isto obtivera dos espanhóis.

Ao final do armistício os líderes tiveram conhecimento dos eventos que ocorriam em Guayaquil, importantíssima cidade portuária no pacífico, tal cidade sempre fora parte ou do vice-reino do Peru ou do Vice-reino de Nova Granada, gerando uma imensa necessidade ao longo dos séculos anteriores, de administrar-se na medida em que a Espanha não fazia muito caso à região. Ao saber que San Martín estava em Lima, adentrando a mais fiel região da América à Espanha, havia Guayaquil se declarado independente para integrar os movimentos de libertação (CONNIFF, 1977, p. 385-410).

Bolívar almejava tal porto para a Colômbia, pois o considerava estratégico para o novo país, porque assim teria acesso aos excelentes portos de Cartagena e Guayaquil, tendo acesso excepcional aos dois oceanos, porém estava muito próximo da conquista de Caracas, para tanto encarregara o general Sucre para esta missão, enquanto terminava seus negócios na região norte da Venezuela.

Para Marie Arana (2013, p. 248-276) dois fatores são considerados importantíssimos para a vitória definitiva de Bolívar na região em 1821. Bolívar pedira primeiro a Bermúdez que levara seu exército a Caracas e ali a tomasse pelo oriente, ao mesmo tempo em que Páez reunia-se com seu exército a Bolívar. A tomada de Caracas fora temporária, mas o libertador conseguira seu objetivo: dispersar as forças

---

<sup>2</sup> Morillo, apud Iévano Aguierre, p. 238

de La Torre para que sua conquista, baseado na velha máxima de Napoleão “dividir para conquistar”.

O segundo ponto fora a importantíssima batalha de Carabobo (ARANA, 2013, p. 277), esta batalha garantiu a vitória definitiva dos patriotas sobre os monarquistas (ou realistas), desta batalha em diante os espanhóis se preocuparam em paulatinamente retirar-se da região e enterraram a história do General La Torre na América.

Daquele momento em diante o problema se materializava em formar uma nova nação, o que Bolívar perceberia como uma tarefa muito mais complexa do que vencer os espanhóis, de modo que posteriormente falharia em seu intento unificador (TULCHIN, 2016, p.24-26).

### 3.4 EUA e Grã-Bretanha frente a nova nação

As dificuldades do período não se apresentavam apenas na península ibérica e na América latina, ao contrário, o mundo estava bastante conturbado. Enquanto a França se tornava um laboratório político e a Grécia se tornava independente do império Otomano, os EUA e a Grã-Bretanha estavam em suas próprias disputas por seus respectivos interesses pelo mundo (SARAIVA, 2012, p. 60-77).

Os EUA sempre tiveram uma predileção por ver toda a América como um continente livre do controle europeu, no entanto, no período em que as antigas colônias necessitavam auxílio externo, nenhum obtivera dos EUA ou de outros agentes externos. A exceção do auxílio enviado à Venezuela após o terremoto de Caracas em 1812 e 1813, os EUA nunca se posicionaram em favor da América hispânica livre (KARNAL, 2007, p. 60-71).

Os próprios EUA obtiveram apoio político e militar estrangeiro em sua guerra de independência, em especial da França e da Espanha. Isso pois ambas nações almejavam alguns territórios na região em detrimento da Grã-Bretanha. As mesmas, porém, não auxiliaram a América latina, por motivações bastante simples: a Espanha era a metrópole a qual as colônias desejavam livrar-se, e a França estava em uma enorme convulsão política pós-Guerras Napoleônicas. As revoluções de 1820 estavam obrigando monarcas a revisar suas posições absolutistas em detrimento

de constituições liberais que limitavam o poder real, os tempos de reforma haviam chegado à Europa.

Os EUA, porém, tinham outro obstáculo, a Flórida. À época em que nos referimos a Flórida estava sob domínio espanhol, e era um território categoricamente almejado pelos estadunidenses (Tulchin, 2016, p. 18-29). Colonos já haviam aproveitado a invasão francesa à Espanha para fazerem avanços na região de forma a pressionar Madrid em negociar o território com Washington no futuro.

Tais negociações tardaram muito, e a Espanha com suas inúmeras perdas territoriais na América estavam com uma infinidade de prioridades bélicas, em lugar de negociações com os EUA que poderiam esperar. Dado este impasse no período, os EUA viram-se sem poder fazer grandes movimentações ou sinalizações no período para àqueles futuros vizinhos (KARNAL, 2007, p. 60-71). Embora o debate na capital se intensificasse e houvesse um franco interesse da população em apoiar os demais americanos sob domínio ibérico, Madison não podia ceder à causa tão subitamente, negociações importantes estavam em marcha.

Após a incorporação da Flórida aos EUA o apoio veio rapidamente aos hispano-americanos, e pouco alarde fora feito pelos europeus ao iniciar-se a chamada doutrina Monroe com a famosa “América para os americanos” em 1823. Neste ponto, porém, Bolívar já havia expulsado os espanhóis da Colômbia sem o apoio da superestimada capital Washington.

Londres, porém, tinha outras preocupações à época, manter seu poderio naval e estabelecer-se na Ásia estavam entre estas, tentando aproximar-se até mesmo da China para fundar uma base permanente na Ásia, porém se fundo Kissinger (2014, p. 219) “a exibição do poder naval britânico durante as guerras napoleônicas de pouco serviu para mudar a estimativa chinesa em relação à conveniência de manter relações diplomáticas”.

À medida que tentava traçar novos caminhos mundo a fora, os avanços dos exércitos patriotas na futura Colômbia não passavam despercebidos. Após a invasão francesa à Espanha, Madrid e Londres viram-se como aliadas de um inimigo comum, para tanto, até o fim das negociações do Congresso de Viena; Londres sempre fora reticente em aproximar-se dos movimentos independentistas na América, pois não desejava que a Espanha voltasse a sua aliança com Paris.

Com o fim da batalha de Waterloo, como já fora mencionado, inúmeros veteranos de guerra foram à América em um intento de sair da miséria que se

instalava na Irlanda e nas ilhas Britânicas, Londres sempre fizera pouca oposição. Até o momento em que o parlamento passa a enxergar uma América livre que pode negociar o comércio diretamente com os britânicos. Assim como nos EUA, quando as nações britânicas e irlandesa decidem apoiar a causa, tal independência já havia sido conquistada e se tornado irrevogável.

### 3.5 Quito

A região mais ao sul da recém-criada Colômbia, a região de Quito, ainda se encontrava em franco domínio espanhol no momento em que Bolívar vencera a batalha de Carabobo. Para o libertador, esta região seria valiosa a nova nação por deter o importante porto de Guayaquil; uma vez garantida a independência ao norte não tardou em buscar o general Sucre que já havia sido enviado ao porto.

A grande questão porém era a qual região iria a cidade de Quito integrar-se; San Martín já ocupara Lima e Bolívar já preparava sua partida na capital colombiana Bogotá, ambas nações às margens de seu reconhecimento internacional (BORGES, 1970, p. 72). À época Quito era parte do antigo Vice-reino da Nova Granada, quando encontrava-se sob administração espanhola, porém encontrava sua economia muito mais atrelada ao Vice-reino do Peru, uma vez que dadas as distâncias e tecnologia presente no período possuía um governo local e elite muito interessados em ligar-se ao Peru.

Quito fora a primeira junta da antiga Nova Granada a declarar independência em 1809; e Guayaquil, segundo Conniff (1977, p. 385-410), tão logo soubera da presença de San Martín em Lima fizera similar declaração de independência, a força política autônoma da região era evidente e sua importância estratégica inquestionável, não tardaria para que os libertadores sul americanos começassem a ter rivalidades pela região.

Porém para Bolívar encontrar ao general Sucre, deveria chegar a Quito, ponto de encontro acordado entre ambos. Para Arana (2013, p. 294-305) em seu livro “Bolívar o Libertador da América” a falsa notícia de que os Espanhóis encontravam-se com frotas no Oceano Pacífico fizera os patriotas cruzarem os Andes mais uma vez, o exército de quase 4 mil pessoas fora convertido em dois terços de seu número original dada a hipossuficiência de alimentos e condições climáticas extremas.

Ao chegarem à região houve um adverso desencontro entre Bolívar e Sucre pois Sucre encontrava-se preso em Guayaquil devido ao controle dos espanhóis nas estradas que levavam à Quito. Neste tempo entre de aguardo, Bolívar conquistara a mente e coração de Obando (monarquista) que controla uma das cidades do local onde se encontrava. Este cederá a cidade aos patriotas sem resistência, por maestria diplomática de Bolívar, Obando deixava a cidade com toda munição e suprimentos disponíveis para a causa americana.

Ainda segundo Anara (2013, p. 294-305) essa conquista diplomática fizera com que Bolívar pensasse em utilizar a mesma tática com outros monarquistas, enviando cartas ao vice presidente, Santander. Pedira então, a emissão de documentos falsos na *Gaceta de Bogotá*, documentos nos quais mostrava-se (falsamente) o reconhecimento da Espanha para o novo Estado colombiano.

Porém nenhum efeito surtira no curto prazo nas cidades com que tentava-se obter rendições, os líderes monarquistas nas cidades estavam dispostos a morrer por sua causa, isto fora entendido por Bolívar que também se dispunha a morrer por sua própria causa, e assim seguira-se a guerra.

A batalha de Bomboná reforça esta crença de ambas partes, as perdas foram grandes para ambos os lados embora pouco proveito se tirasse da vitória de Bolívar sobre os monarquistas. Com poucos sobreviventes o libertado venezuelano considerou a batalha uma vitória importante para a causa; porém fora Sucre que conseguira vencer os espanhóis em Quito pouco depois.

Com o fim da batalha em Guayaquil os caminhos ficaram livres a Sucre para que fosse vitorioso em sua empreitada mais decisiva naquele momento. Com apoio de San Martín, enviando exércitos para aumentar o contingente de Sucre, o General rumara a cidade de Quito realizando a batalha de Pichincha, que determinara o destino da cidade como independente dos espanhóis e parte da Grã Colômbia (CONNIFF, 1977, p. 385-410).

Neste ponto de 1821, Simón Bolívar e San Martín já haviam tido seus desentendimentos, em especial para descobrir quem seria o libertador de Quito e sua associação a qual nova nação. Ao se espalharem as notícias da vitória de Sucre sobre a futura capital do Equador, o otimismo voltara à nação colombiana; com as negociações de Pasto com Bolívar, que antes se negara a fazer. E a declaração da região do Panamá em prol do libertador, associando-se à Colômbia de forma expressa.

#### 4 CRIAÇÃO DE UMA NOVA NAÇÃO

A conquista dos territórios da atual República do Equador já mostrava as dificuldades que viriam com a independência do território colombiano. Ainda segundo Conniff (1977, p. 385-410) a junta de Guayaquil, sob a liderança de Olmedo (futuro poeta latino americano), desejava associar-se ao Peru e não a Colômbia. Pouco a pouco os interesses econômicos e políticos destes grupos foram mostrando-se incompatíveis; e os atritos, constantes.

A conquista da região fronteiriça com o Peru tornou possível o histórico encontro entre Bolívar e San Martín, os dois grandes libertadores da América austral. Porém tal encontro mostrara-se extremamente infrutífero em princípio, havia uma enorme divergência entre os ideais que ambos buscavam, em especial para o Peru (ARANA, 2013, p. 303-306).

Havia muito que Bolívar acalentava a ideia de ser também libertador do Peru, pois acreditava, com boas motivações para isto, que seria fácil para os espanhóis reconquistar a região se o Peru continuasse como parte do império espanhol. Porém Bogotá decidira frustrar naquele momento tal desejo. Segundo Arana (2013, p. 309) haviam muitos problemas a serem solucionados na recente nação colombiana antes de preocupar-se com o Peru: Puerto Cabello seguia sob domínio espanhol, a cidade de Pasto rebelava-se constantemente em favor dos monarquistas, Caracas e Bogotá estavam sem proteção adequada, ademais de Quito e Guayaquil terem sido recém incorporadas territorialmente.

Para San Martín o Peru não estava pronto para ser uma república pois, segundo o livro “Bolívar o libertador da América” de Marie Arana (2013, p. 309) “os pilares sobre os quais uma democracia deveria se sustentar não existiam”, esta visão não iria diferir muito daquela que Bolívar veria para seu próprio país pouco depois do encontro entre os libertadores, embora naquele momento fosse impensável para o libertador. O ponto de concordância entre os dois era a necessidade de criar uma confederação de nações hispano-americanas, mas ainda era muito prematuro discutir a respeito do tema.

Sem o apoio colombiano, San Martín saiu da região de forma definitiva; primeiro de Guayaquil, depois de Lima, o caminho para o Peru se abria a Bolívar. Após uma sequência de idas e vindas da fidelidade de Pasto aos monarquistas, iniciava-se

uma disputa política entre Venezuela e Nova Granada (ARANA,2013, p. 315-316). Uma vez mais os federalistas se opunham à constituição bolivariana e a centralização do poder em Bogotá, porém pouca atenção receberam, pois Bolívar já estava a caminho de Lima naquele momento.

Enquanto Bolívar lutava pelo Peru, dois importantes eventos aconteceram naquele ano de 1823: a tomada de Porto Cabello pelos patriotas expulsando definitivamente os espanhóis da Grande Colômbia (ARANA, 2013, 338-342). É o reconhecimento do fim da hegemonia ibérica na região; os EUA lançaram enfim os valores que historiografia eternizara sobre o nome de Doutrina Monroe (SARAIVA, 2012, p.71-72).

#### 4.1 Ditador ou Presidente Vitalício?

Antes mesmo da consolidação da independência do Peru a Colômbia já dava sinais de crise institucional (BETHELL, 1987, p. 16-27); seu presidente líder das batalhas pela independência intitulara-se ditador do Peru, que naquela época detinha um sentido um pouco mais nobre à república do que a mesma denominação atualmente. Ademais, havia o alinhamento crescente entre Bolívar e Sucre, enquanto o “homem das leis” – Santander – ressentia-se de tal aproximação pois enxergava sua substituição por Sucre.

Dentro deste quadro, e em alguma medida a tentativa de enfraquecer o poder do libertador na política do país, o congresso o destituiu do cargo de presidente da Colômbia. Bolívar aquiesceu, pouco interesse tivera na política; embora tal quadro mudaria em breve novamente.

Com seu foco voltado em absoluto para o Peru naquele momento, fizera Sucre consolidar a independência da região vencendo definitivamente os espanhóis, o benefício da Colômbia em auxiliar o Peru viera no mesmo ano de 1824 através do reconhecimento explícito de Londres à nova nação e em 1825 pelos EUA (KARNAL, 2012, p. 65-69). Bogotá recebera o reconhecimento das grandes potências, e o caminho para fazer uma nova nação estava liberado, mais ainda havia de ser pavimentado.

Esta conquista tornara Bolívar um agente plenipotenciário na América, a mesma medida em que a própria Colômbia começava a lhe rachar, os conflitos de

interesses entre Venezuela e Nova Granada se personificavam nos atritos entre Santander e Páez; entre o desejo de Caracas por uma federação e de Bogotá por um país unitário; e sobre tudo o déficit fiscal da Colômbia que Santander tinha pleno conhecimento. As fracas instituições precisavam de uma reforma.

Bolívar nada tardara em organizar o famoso congresso do Panamá, que objetivava plantar as sementes para uma futura confederação hispano-americana, em 1826 o congresso ocorrera para evidenciar a quão prematura tornava-se a ideia do libertador (TULCHIN, 2016, p. 22-23). Mais de uma década de guerras fizera as novas nações sentirem-se exauridas, inúmeros problemas internos aconteciam similares aos colombianos em toda a América. Ao final, libertar-se da Espanha provara-se menos difícil do que acabar com os legados desiguais de 300 anos de colonização.

Dentro do caos que se espalhava nas novas repúblicas à medida em que os antigos *criollos* tornavam-se caudilhos, os países recém independentes com seus respectivos congressos pensaram em Bolívar para auxiliá-los em suas novas constituições (ZANATTA, 2017, p.66-67). Como grande admirador do “espírito das leis” de Montesquieu, segundo o qual dever-se-ia adaptar as leis a realidade do povo que as receberá, criou aquilo que considerava uma constituição adequada aos hispano-americanos (ARANA, 2013, p. 396).

Nessa consolidava divisão tripartite dos poderes e positivava a participação popular em eleições diretas para o congresso, seu ponto mais controverso, porém foi quanto ao poder executivo. Designava a nação que aceitasse tal constituição uma presidência vitalícia, na qual o vice-presidente, designado pelo presidente, o sucederia após a sua morte, e assim sucessivamente.

Segundo Marie Arana (2013, p. 359-364) por Bolívar enxergar o conflito de interesses entre caudilhos e regiões que antes eram alheias umas às outras devido ao período colonial, desejava consolidar um governo mais unitário para manter a integridade territorial das incipientes nações. É importante lembrar o já comentado fato de que as colônias não tinham comércio entre si, logo, uni-las por um mesmo interesse nacional após a independência era quase impossível, cada região tinha uma economia e administração diferente. A presidência vitalícia seria então para forçar a coesão de uma burocracia estatal e um sentimento nacional mais amplo.

## 4.2 Dissidências Internas

Após a frustração dos planos de uma América hispânica confederada, Bolívar começava a ver intensificado o trabalho dos jornais peruanos em difamar-lhe (ARANA, 2013, p. 364-370); com problemas internos no Peru e observando a crise que se instalava em seu país com Páez rompendo com Bogotá em busca de tornar a Venezuela um Estado autônomo decidira retornar à Colômbia e deixar apenas alguns exércitos em Lima para repelir novas invasões ao território.

Em sua primeira parada, em Guayaquil, observara grande insatisfação popular quanto ao governo central (Bogotá), dentro desta observação já imaginava a necessidade de conceder mais autonomia às diversas províncias periféricas do país, não apenas a Quito. Grande parte da população estava ressentida sobre a grande interferência que a capital tinha em outras regiões sem contrapartidas, a economia da nação toda estava estagnada devido às devastações geradas pela Guerra (BETHELL, 1987, p. 16-27).

Dentro deste quadro o Libertador já supunha que seria necessária uma reforma constitucional – com uma constituição similar à peruana e a boliviana – e não fizera segredo de suas intenções naquele momento a Santander, pois segundo o próprio Bolívar “nesta confusão a ditadura conserta tudo”<sup>3</sup>.

Ao chegar em Bogotá percebera a quão hostil a capital tornara-se à sua pessoa através de jornais que, assim como no Peru, tentavam retirar sua imagem do arauto onde, até pouco tempo, encontrava-se. A constituição de 1815 também fora defendida firmemente pela *Gazeta de Colombia*<sup>4</sup> (importante jornal da época), àquela mesma constituição que fundara a chamada “pátria boba” anos antes, com um acentuado grau de federalismo empregado em suas efêmeras instituições.

Para Arana (2013, p.375) Santander não pronunciara sua vontade de forma explícita quanto ao tema no momento em que Bolívar encontrava-se na capital, mas já era evidente sua preferência pela ideia de independência das nações que compunham o país, ou até mesmo mais autonomia por um sistema amplamente federalista para a Colômbia.

---

<sup>3</sup> SB para Santander, 19/09/1826, SOB, V.III, pp. 1.458-60.

<sup>4</sup> *Gazeta de Colombia*, ed. 23/11/1827, p.640-641

Bolívar conseguira ainda nesse contexto fazer o congresso aprovar, dentro das possibilidades da constituição de 1819, sua figura como detentora de poderes ditatoriais. Quase que imediatamente depois segue em direção à Venezuela para evitar que este departamento da Colômbia motivasse uma guerra civil.

Páez encontrava-se em Puerto Cabello, ao chegar ao local Bolívar imediatamente declara anistia ao militar – algo que enfurecera Santander – e o colocava como chefe supremo da Venezuela, na tentativa de apaziguar o desejo venezuelano de ter sua independência do restante da Colômbia. Com este ato os dois líderes venezuelanos, agora juntos, rumaram à Caracas. Ao longo do caminho a insubordinação de Páez deixava Bolívar extremamente desconfortável chegando a considera-lo “o homem mais perigoso da Colômbia”<sup>5</sup>, à mesma medida em que precisava deste para realizar a implementação de sua constituição desde Caracas para Bogotá (ARANA, 2013, 375-376).

#### 4.2.1 Política Econômica

Assim como as demais partes da América latina, a independência não trouxe saldos comerciais positivos, ao contrário; as guerras, a destruição de inúmeras plantações, além da América Hispânica ter sua mão de obra liberta da escravidão sem implementar uma condição mais humana de produção, fizeram suas economias estagnarem. O caso da Colômbia era apenas mais um caso de perda econômica, no imediato pós independência, dentre tantos outros casos na América.

A balança comercial desfavorável, uma vez que não houve grandes exportações, gerara um déficit difícil de ser contornado. O fim da escravidão no país, que permitia então a criação de uma mão de obra assalariada com mais renda para o país, gerara em muitos casos ainda mais pobreza para estas populações pois não havia trabalho.

Porém o local onde a crise mais se evidenciava aos dirigentes de Bogotá, e em especial a Santander, era a política fiscal. A arrecadação do novo país era brutalmente menor do que as despesas pagas ao exército por exemplo. Os gastos do

---

<sup>5</sup> Perú de Lacroix, p. 71-72. [TDE]

governo relacionados ao exército e a marinha eram cerca de 13 milhões de pesos, enquanto a arrecadação por impostos era de 5 milhões (ARANA, 2013, p.367-375).

A burocracia estatal recém instalada na nova capital era rodeada de situações em que a corrupção se tornava evidente, com uma população tão pobre como seria possível aumentar a arrecadação, e até que ponto o incipiente direito tributário poderia funcionar uma vez que o poder executivo não era capaz torná-lo operacional. Essas são algumas dificuldades encontradas por Santander na capital (ANARA, 2013, p. 375-377).

A solução tornara-se então solicitar empréstimos aos bancos britânicos – assim como fizera o Império Mexicano pouco tempo antes – fazendo o eixo de Madrid deslocar-se para Londres; algo que segundo a epistemologia marxista das relações internacionais entende a América latina como vítima do imperialismo britânico durante o século XIX (JATOBÁ, 2013, p. 72-76). Quando aprovado o empréstimo no total de 30 milhões de dólares, uma parte deste dinheiro nem chegara à Bogotá, transações questionáveis foram realizadas por Francisco Zea na própria Grã-Bretanha. Chegando ao país 20 milhões, os quais foram gastos para tentar sanar o déficit fiscal, melhorar de forma irrisória partes da capital, e obviamente em mais transações suspeitas (ARANA, 2013, p, 379-384).

O povo colombiano (em especial do departamento da Venezuela), acreditava que o grande responsável por não serem beneficiados por tal empréstimo era o vice-presidente, Santander (ANARA, 2013, p. 375-377). Bolívar sentiu isto e tentara aproveitar-se da situação para enfraquecer a imagem de seu vice-presidente, seu objetivo era fazer com sua nova constituição fosse aceita na capital sem grandes empecilhos.

A realidade, porém, é que ambos estavam cientes da situação econômica do país, pois Santander sempre informara Bolívar sobre o déficit que existia nas contas públicas com o exército colombiano lutando em terras peruanas pela independência de outro país. Ainda em referência a Marie Arana (2013, p, 379-384), além do fato de parte deste mesmo exército ainda estar em Lima, o que deixava Santander bastante preocupado, pois a Colômbia continuava a pagá-los.

### 4.3 O MEDO DA ANARQUIA

Enquanto Bolívar estava na Venezuela e o caos tomava conta do interior do país, Bolívar contara com Mariño e Paéz para reprimir as insurreições, as mesmas se consideravam frutos da pobreza e desmandos vindos de Bogotá que tomavam a população local, segundo o historiador Joseph S. Tulchin (2016, 20-39) grande parte dos venezuelanos jamais haviam tido qualquer informação sobre a Nova Granada antes da independência, eram alheios uns aos outros devido aos séculos de exclusivo colonial.

À mesma medida em que a desconfiança entre os líderes da Colômbia tornava-se insustentável com a rebelião no Peru por parte das tropas colombianas, Santander saudara aos rebeldes e a cólera de Bolívar se encaminhava para uma nova invasão à Bogotá. Todavia haveria mais um fator a empurrar o libertador à capital.

Ainda em 1827, o exército designado para o Peru que havia se rebelado dirigiu-se ao departamento de Quito, tomando a cidade de Guayaquil e anexando a região ao Peru, não era mais possível esperar para agir. Bolívar associou os exércitos de Páez e Urdaneta e partiu para Cartagena para aumentar seu exército com àqueles que desejassem unir-se a causa, dali fizera o mesmo trajeto de anos antes: Rio Magdalena à cima em direção à Bogotá (ARANA, 2013, p.381-384). Era necessário unir o país que se encontrava à beira de um desmantelamento.

Dentro desse quadro de instabilidade política Bolívar percebera a iminente dissolução do Estado colombiano anunciou que “a república se perde ou me confere autoridade imensa”<sup>6</sup>. Para tanto seria necessária uma ampla reforma constitucional, que exigia uma nova carta magna. O problema que se inseria era que o congresso de Cúcuta de 1821 tinha previsto em sua constituição a inviolabilidade da mesma por pelo menos 10 anos, exigia-se então o fim do período que se daria em 1831 na mesma medida em que as diferenças entre bolivarianos e santanderistas se acentuavam tornando o país mais caótico (ARANA, 2013, p. 285-389).

O terremoto em Bogotá de 1827 serenou os ânimos extremistas por pouco tempo, e a convenção constitucional fora convocada pouco depois, os separatistas e liberais estavam relativamente organizados e contavam com o apoio de seus

---

<sup>6</sup> SB para José Rafael Arboleda, La carrera, 24/08/1827, O’L, V.XXX, pp. 463-4 [TDE]

respectivos grupos de apoio como eclesiásticos, comerciantes e generais. É possível dizer que havia uma representação popular em alguma medida neste congresso.

Os jornais movidos por Santander ampliavam o escopo do apoio popular a causa separatista contra Bolívar e a União. Associado aos boatos de uma monarquia na Colômbia que receberia suporte de Bolívar, os liberais conseguiram ampla maioria na convenção, enquanto que no lado venezuelano o medo de uma invasão proveniente de Cuba permitiu grande eco para o discurso de Paez contra a união, para a defesa de uma Venezuela independente.

Para Helg (2003, p. 447-471) a cidade de Cartagena, por exemplo, representava na política local a rivalidade nacional entre os generais, Padilla apoiado por Santander e Montilla mais alinhado com Bolívar disputavam entre si o controle da cidade de forma bastante violenta, as disputas de Bogotá começaram a se alastrar para outras regiões permitindo embates como de Padilla e Montilla.

Ao final a convenção de Ocaña foi iniciada, e com maioria liberal, fora presidida pelo bolivariano José Maria de Castillo. Com este movimento político o país esperava agora o desenvolvimento da nova constituição para decidir suas posições e independências.

A frente santanderista encontrava-se mais unida do que a oposição, o que permitiu ao grupo avançar em suas pautas mais facilmente. O primeiro passo foi revogação dos poderes ditatoriais conferidos a Bolívar anteriormente e o avanço das pautas que limitassem o poder do poder executivo (GUTIERREZ, 2015, p.150-168). E finalmente, a proposta federativa fora aceita, com 20 províncias com amplas possibilidades para desmantelamentos territoriais das regiões que mais as desejassem.

À medida que as propostas liberais avançavam era necessário manter a figura de Bolívar distante, pois a estrutura social do período lhe conferia muito poder, o suficiente para reordenar os comportamentos da assembleia, pediu-se então a ausência do libertador durante os trabalhos congressuais. Isso foi considerado inadmissível aos bolivarianistas que decidiram boicotar o evento, com a ausência de 19 convencionais a convecção é suspensa por falta de quórum (GUTIERREZ, 2015, p.150-168).

Simultaneamente, o conselho de ministros em Bogotá desconsidera todas as disposições da convenção de Ocaña e retornam os plenos poderes a Bolívar, os ânimos apenas continuavam exaltados, a conciliação entre os lados opostos parecia

um sonho distante (ARANA, 2013, p. 397-403). Bolívar é declarado “libertador-presidente” e o cargo de vice passa a ser abolido com Santander destituído do mesmo. A ordem constitucional de 1821 já estava no final.

#### 4.4. O fim da Ordem de 1821

O momento em que Bolívar passara a adotar uma postura mais pessimista quanto ao futuro da nação de forma mais evidente é após a terceira tentativa de assassiná-lo. Segundo Marie Arana (2013, p. 403-413) em seu livro “Bolívar o Libertador da América” Ali ficara claro o quanto seus conterrâneos não o desejavam mais, e como ele era um empecilho aos objetivos liberais da nação. Obviamente fora entendido o envolvimento de Santander no ocorrido com a pena de morte sendo sentenciada ao indivíduo. Bolívar, porém, comutou a pena, com medo de suas repercussões, para desterro.

A assembleia fora instituída para o dia 02 de janeiro de 1830, o enfraquecimento da imagem do Bolívar após sua tentativa de assassinato tornava os sonhos liberais mais próximos, o desejo era tornar o território em espaços de pequenos domínios sem preocupações com um governo central, criando assim, segundo Loris Zanatta (2017, p.66-67), uma espécie de política análoga ao sistema de feudos, logicamente, com adaptações às condições latinas de tal concepção histórica.

A invasão peruana a Guayaquil ainda deixava suas cicatrizes à medida em que José De La Mar desejava separar a cidade da Colômbia, obrigando Bolívar em dirigir-se ao local. Chegando na resistente Pasto adota política similar àquela feita na Venezuela anunciando anistia aos rebeldes (ARANA, 2013, p. 420-422).

Enquanto isso os boatos de uma monarquia europeia na Colômbia voltavam a circular em 1828 com ainda Bolívar no Equador, com agentes próximos a ele orquestrando uma aliança com monarquias europeias sem seu conhecimento explícito. Ainda segundo Arana (2013, p.420-422) o federalismo avançava e o General Córdova passa desejar a divisão da Nova Granada para governa-la livremente, com uma visão altamente militarista de administração do Estado, o que é típico da América latina até os dias atuais. “Não há boa fé na América [...] Tratados são papéis; as

constituições, livros; as eleições, combates. A liberdade, anarquia. E a vida, um tormento”<sup>7</sup>.

Dentro de um contexto de forças centrípetas tanto da influência peruana ao Sul do país, de Paez na Venezuela, Córdova em Bogotá e as ideias de Santander em constante circulação, sua partida em 1829 em pouco ajudou a amenizar a multiplicidade de interesses divergentes que se instalavam na rente república. Afinal em um ponto crucial Paéz e Santander concordavam, a secessão era a melhor alternativa para suas regiões respectivas “[...] um governo que seja bastante forte para oprimir a ambição e proteger a liberdade [...]”<sup>8</sup>.

A verdade é que, segundo Arana (2013, p. 432-433) um país tão grande e diferencialmente ocupado por cordilheiras, savanas, selvas, com infraestrutura precária ou tecnologia para conectar regiões longínquas tornava quase impossível organizar um governo central se não houvesse um interesse comum entre as elites ou uma repressão constante.

Seu desânimo, e sua percepção da situação político-social da Colômbia além da tentativa de assassinato, deixara Bolívar apenas com a opção de deixar a presidência, desta vez o fazia de forma definitiva (ou ao menos assim pensava e desejava). Seu nome já tornara-se vergonha em jornais e para a população da Colômbia, os boatos e fofocas que chegaram aos EUA por exemplo, retiraram o apoio ao libertador neste período (TULCHIN, 2016, p. 20-39). Assim como na França revolucionária pouco antes, a revolução devorava seus próprios filhos.

Caminhos livres para Paéz na Venezuela, o plano de secessão se iniciava. Enviara representantes e agentes para todas as províncias da Venezuela para que rejeitassem qualquer união com a Nova Granada, além de que o alçassem como presidente e depusessem Bolívar. Não tardou para que Paez recebesse apoio dos antigos generais de Bolívar como Arismendi, Soublette, a até mesmo Mariño (ARANA, 2013, p. 432-434).

A declaração oficial em nada tardou, a Venezuela desejava a completa independência, se fosse necessário, Paez iria à guerra para garanti-la.

---

<sup>7</sup> SB, “Una mirada hácia la América Española” [folheto publicado em Cuenca em 1826], em : Pérez Vila. Doctrina, pp.286-7. [TDE]

<sup>8</sup> SB, “Una mirada hácia la América Española”, DOC, V. XIII, p. 493; também em: SBSW, V. II pp. 741-8. [TDE]

Conjuntamente, muitos municípios pediram que Bolívar jamais pisasse à Venezuela novamente.

Chegado 1830, o saldo já era bastante evidente, o próprio libertador já visualizava três Estados autônomos: Equador, Venezuela e Colômbia. Seu desejo de união republicana não se consolidaria da forma como imaginava, não desejava uma ditadura tampouco tinha condições físicas para fazê-la de qualquer modo.

[...] Mostrai-se, concidadãos, dignos de representar um povo livre, afastando toda a ideia que me suponha necessário para a república. Se um homem fosse necessário para sustentar um Estado, esse Estado não devia existir e por fim não existiria. [...]. Ruborizo-me ao dizer: a independência é o único bem que adquirimos à custa dos demais.<sup>9</sup>

Eram necessárias, acima de tudo, boas instituições para essa república, um judiciário independente, uma política fiscal e do tesouro mais eficiente, uma boa governança, o desejo pela democracia que jamais poderia ser imposto a um povo.

O congresso fora realizado então em 1830, com Sucre como presidente deste. O resultado foi uma ampla federação dentro da nova carta magna, com Bolívar à frente novamente do país novamente (ARANA, 2013, p. 436-443). Sem condições de saúde renunciara novamente. Nesta fenda institucional que se abria as repúblicas foram pedindo, uma a uma, suas independências.

O general Flores insiste agora na independência do Equador, quando o General Sucre acaba por ser assassinado em Pasto (a velha cidade fiel à Espanha) a independência equatoriana se consolida para as investigações jamais acontecerem de forma efetiva, fazendo o caso nunca ser investigado. Esta foi a última grande frustração de Bolívar antes de sua morte. À mesma medida que a Venezuela se tornava independente e o General Urdaneta (que fora anos antes incumbido de fazer justiça aos quase assassinos de Bolívar) tomava o poder em Bogotá, mas não duraria muito (ARANA, 2013, p. 447-453).

Nos anos que se seguiram estas novas nações tentaram ajustar-se com sucessivos presidentes e principalmente ditadores, Santander retornou e tornou-se presidente da Nova Granada como sempre almejava, e Paéz na caótica e independente Venezuela tentara recuperar a imagem de Bolívar 10 anos após sua

---

<sup>9</sup> SB, "Mensaje del Libertador [al Congreso Constituyente]", Bogotá, 20/01/1830, SBO, V.III, *Discursos*, pp. 145-53. [TDE]

morte em um intento frustrado de amalgamar uma nação que não estava pronta para ser livre de sua própria desigualdade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nações que surgiram naquele ano de 1831 na parte mais setentrional da América do Sul, surgiram por decisões políticas internas do período imediatamente interior. Desde o início do processo de independência da Colômbia vimos as regiões muito alheias umas às outras, marcadas por uma política local desde os tempos da colonização, em que as regiões se conectavam apenas com a metrópole (PRADO; PELLEGRINO, 2019).

Os intelectuais envolvidos no movimento como Santander, poucos interesses tinham em desenvolver regiões que não as suas, com o liberalismo em ascensão no período, acreditavam as cada um deveria buscar seu próprio desenvolvimento sem muito controle por parte do Estado (TULCHIN. 2017).

Apenas Bolívar e alguns de seus Generais acreditam na vulnerabilidade das independências regionais e um federalismo desmesurado. Estes poucos que foram responsáveis pela manutenção deste vasto território até 1831, uma vez que a imagem de Bolívar se desgastara, assim também ocorreu com seu projeto de União (ARANA, 2013).

O fato de o comércio não ter avanços com a independência, além da falta de conexão entre as regiões e a ausência física do presidente quase uma constante em Bogotá, fizera com que um vácuo de poder surgisse, tal vácuo fora rápida, e violentamente ocupado por representantes locais de suas respectivas regiões: Santander e Paéz. Com a tomada de Guayaquil por peruanos um terceiro representante surgiu para separar o Equador de sua capital: Flores (ARANA, 2013).

Houve uma busca no início deste projeto em distanciar-se da narrativa que envolvesse Bolívar como um catalizador importante para a união desses povos, tal tentativa provou-se frustrada. Nas palavras do próprio General espanhol Morillo “Bolívar era a revolução”<sup>10</sup>. Antes de Bolívar retornar a América existia apenas colônias espanholas, 20 anos depois existia um continente livre.

Pode-se entender a sobrevivência da Grande Colômbia apenas no período em que Bolívar esteve à frente do novo país, após sua renúncia o país se dissolveu. O Panamá não obteve a “sorte” de encontrar um General que estivesse à frente da

---

<sup>10</sup> Morillo para o rei Fernando VII, apud Rojas, Arístide. *El elemento vasco em la historia de Venezuela*. Caracas: Imprenta Federal, 1874, p. 33.

região para buscar também sua independência, mas é perceptível sua busca por um (TULCHIN. 2017).

Bolívar então se tornou um dos enfoques deste trabalho, sua personalidade era essencial para unificar os territórios, e ainda assim não conseguiu mantê-lo dessa forma por muito tempo, não houve outra personagem a quem dar mais atenção neste trabalho, nem mesmo seus opositores poderiam se contrapor à sua imagem, ao menos não individualmente, para fazê-lo uniram-se de forma paulatina e destituíram seu nome de todo o prestígio que tivera uma vez (ARANA, 2013).

Uma indagação frequente quando falamos em Grande Colômbia é sem dúvida o que poderia ter acontecido uma vez que ficassem juntos estes países? Bom, não haverá tentativas responder a essa pergunta em nenhuma medida. Apenas ater-se-á ao que aconteceu imediatamente após.

O general Urdaneta fora destituído do poder pelos colombianos para dar lugar a Santander, que comandaria o país visando os interesses de Bogotá. Paéz era eleito presidente da Venezuela e utilizaria a imagem do libertador para manter-se indefinidamente no poder. Flores enfrentaria a Colômbia em uma guerra na busca por aumentar sua influência na região. E o Panamá buscava um líder para tornar-se independente sem sucesso (ARANA, 2013).

Por parte do autor deste trabalho encontrou-se resistência para chamar os novos Estados independentes em nações, uma vez que se entende que tais estados eram ainda muito jovens para serem exatamente uma nação no sentido literal do termo, preferiu-se chamar a República da Colômbia (1819-1831) de Estado, ou país, entre outros sinônimos mais estritos; enquanto que a Venezuela e a Nova Granada, foram consideradas nações distintas, ainda que partes do mesmo país no período.

O saldo positivo para todas as conquistas foi sem dúvidas o fim do império Espanhol na América continental, e principalmente o fim da escravidão. Todavia haveria um longo caminho a ser superado pela estratificação social gerada pelo colonialismo espanhol (PRADO; PELLEGRINO, 2019).

Atualmente a Colômbia ainda vem se adaptando a democracia com repressões militares muito fortes sobre manifestações pacíficas, após passar décadas lutando contra grupos armados das FARC. A Venezuela tampouco adaptou-se a democracia em absoluto e encontra-se em absoluta polaridade política e políticas econômicas desastrosas tendo a maior inflação do mundo em 2020. Enquanto o

Equador encontra sua economia dolarizada e seu país enquadrando-se na famosa nomenclatura “república de bananas”<sup>11</sup>.

Abaixo seguem os mapas políticos das atuais Venezuela e Colômbia, nos quais é possível observar as principais cidades citadas durante o desenvolvimento do trabalho, além dos rios nos quais as campanhas pela independência também foram citadas ao longo do desenvolvimento.

Imagem 01: Mapa físico e político da Venezuela



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Geography\\_of\\_Venezuela](https://en.wikipedia.org/wiki/Geography_of_Venezuela)

---

<sup>11</sup> COMO foi a Grande Colômbia, a ambiciosa república que deu lugar a 4 países da América Latina. Direção de Adriano Brito. Roteiro: Adriano Brito. São Paulo: Bbc News, 2020. (6 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btGY9kOuTjA>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Imagem 02: Mapa físico e político da Colômbia



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/326440672988440704/>

## REFERÊNCIAS

- ALDEMAN, J. **Sovereignty and revolution in the Iberic Atlantic**. Princeton : Princeton university Press, 2006
- ARANA, Marie. **Bolívar o libertador da américa**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. Barcelona: Critica, 1990.
- BORGES, José ILuis. **"Guayaquil"**. In: Obras completas. Buenos Aires: Emecé, 1970 [Ed. Bras.: **"Guayaquil"**. In: o informe de Brodie. São Paulo: Globo 1999.].
- CONNIFF, Michael L.. **Guayaquil Through Independence**: urban development in a colonial system. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de American Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- GÓMEZ, María Victoria Montoya. **PUNISHMENT AND FORGIVENESS: THE COMUNERO REVOLUTION**: nuevo reino de granada, 1781. Canoas: Mouseion, 2014.
- GUERRA, José Joaquin. **La convención de Ocaña**. Fac-Símile da edição de 1908. Cali: biblioteca Banco Popular. 1978.
- GUTIERREZ ARDILA, Daniel. **A convenção das discórdias: Ocaña, 1828**. rev.estud.soc. [online]. 2015, n.54, pp.150-168.
- HELG, Aline. **Simón Bolívar and the Spectre of "Pardocracia"**: José Padilla in Post-Independence Cartagena. Cambridge: Cambridge University, 2003.
- KARNAL, Leandro. **História dos estados unidos**: das origens ao século xxi. São Paulo: Contexto, 2007.
- KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. Tradução de Claudio Figueiredo.
- MELO, Jorge Orlando. **Historia minima de colombia**. Bogota: Turner, 2018.
- PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2019.
- PRAGO, Albert. **The revolutions in Spanish America**. Nova York : Macmillan, 1970.
- PIETRI, Juan Uslar. **Historia de la Rebelión de 1814**. Caracas: Edime, 2014.

SARAIVA, Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Colonização espanhola**. São Paulo: Mundo Educação, 2015. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/colonizacao-espanhola.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Movimento Comunero**. São Paulo: Mundo Educação, 2015. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/movimento-comunero.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TULCHIN, Joseph S.. **América Latina X Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2016.

TURCI, Érica. **Independência da Colômbia: da desunião à república de nova granada**. São Paulo: Uol, 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/independencia-da-colombia-da-desuniao-a-republica-de-nova-granada.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da América Latina**. Buenos Aires: Cultrix, 2017.